

A PESQUISA HISTÓRICA EM TRANSFORMAÇÃO: DIÁLOGOS TRANSDISCIPLINARES E NOVAS PERSPECTIVAS

Data de aceite: 02/01/2025

Anelisa Mota Gregoleti

Christian Fausto Moraes dos Santos

Nathália Moro

RESUMO: O texto examina as mudanças que a História sofreu nas últimas décadas. O principal objetivo é demonstrar como a “velha História”, anteriormente limitada ao campo político e centrada no estudo dos “grandes feitos e grandes homens”, gradualmente se tornou mais inclusiva, subjetiva e abrangente. As transformações democráticas e a consolidação de um mundo globalizado exigiram que os historiadores revisassem suas análises e abordagens. Temas que antes eram negligenciados ou ignorados começaram a ganhar relevância concreta. Nesse contexto, surge a História Ambiental, exemplificando o impacto de novas perspectivas. Por meio da integração entre a História e outras disciplinas que tratam de questões ambientais, como a Ecologia, é possível entender os processos históricos sob uma ótica inovadora que, em vez de isolar a humanidade, considera o ser humano em sua relação com o meio ambiente, as plantas e os animais. Além de

ressaltar a relevância atual desses temas, o texto discute considerações sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e como ela aborda as diferentes vertentes da História. Na versão mais recente, a BNCC procurou incorporar aspectos essenciais das dinâmicas e das diversas perspectivas do conhecimento histórico, além de enfatizar a importância dos princípios fundamentais da pesquisa histórica. Acreditamos que, ao considerar as perspectivas aqui discutidas, é fundamental que a BNCC reforce as possibilidades de integração entre as disciplinas e adote uma visão histórica menos antropocêntrica.

PALAVRAS-CHAVE: História; Base Nacional Curricular Comum; Ensino.

INTRODUÇÃO

Desde as últimas décadas do século XX, a História passou por diversas transformações. No final dos anos 90, a questão da “instituição histórica” ganhou força na disciplina. Os historiadores se deram conta dos efeitos provenientes de seu lugar social, com suas permissões e censuras, sobre os sujeitos e, naturalmente,

sobre seu próprio ofício. A reflexão sobre a instituição histórica deu origem a uma “História da História” que permitiu tentativas de compreender, numa perspectiva de longa duração, quais teriam sido os objetos próprios, as formas de prova, a escrita e o trabalho intelectual impostos pelos diferentes lugares onde a História foi sendo formulada.

Essa constatação, como indicou Roger Chartier (2009, p. 18), demonstrou que a instituição histórica, ao longo do tempo, “(...) se organiza segundo hierarquias e convenções que traçam as fronteiras entre os objetos históricos legítimos e os que não o são e, portanto, são excluídos ou censurados”.

A escrita histórica também passou a se concentrar em um mundo mais amplo. Em uma tentativa de escrever uma História mais abrangente, os historiadores têm atentado para o uso de novas fontes ou, às vezes, olhado de outra maneira para fontes já conhecidas. Para isso, eles estabeleceram novos objetos, novas abordagens e formas de explicação. Em geral, essa História alternativa (ou melhor, essas Histórias alternativas) tem sido designada como Nova História, ainda que, não raras vezes, seja parte de uma tendência consideravelmente mais antiga (Burke, 1992, p. 16-20).

Como demonstra o Historiador inglês Peter Burke (1992, p. 20) em “A escrita da história: novas perspectivas”, a descolonização e o feminismo são exemplos de movimentos ou Histórias alternativas que recentemente tiveram grande impacto na escrita histórica.

O mesmo processo de diálogos mais amplos e abrangentes pode ser percebido, nos últimos anos, em reflexões entre a História e Geografia e nas consequentes investigações das relações entre o homem, o ambiente e os demais seres vivos. Ao aproximar-se de outras áreas que tratam das questões ambientais, a História tem exercido grande impacto e transformação sobre seus objetos de pesquisa e sobre sua própria escrita. A emergência da chamada História Ambiental exemplifica de maneira muito adequada como funcionam as Histórias alternativas a partir da “amplitude narrativa” (Worster, 1991; Drummond, 1991). Ao invés de seguir o caminho percorrido pela História tradicional durante anos, a História Ambiental abandona a premissa de que a experiência humana teria se desenvolvido sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie “superior” e de que podemos ignorar as consequências ecológicas e seus feitos passados (Worster, 1991, p. 199).

“A História humana não pode ser compreendida em um vácuo” (Ponting, 1995, p. 30). Por isso, neste capítulo, procuramos fornecer alguns exemplos de como as investigações no campo da História Ambiental possibilitaram alargar a nossa compreensão dos processos históricos e suas consequências para a formação do mundo atual. A partir de uma abordagem histórica que envolve o homem, a Geografia, as plantas e os animais, abordamos a relevância de temas que, embora normalmente ocupem pouco espaço nas discussões de salas de aula ou nos livros didáticos, deveriam ser repensados, tendo em vista o contexto global dos dias de hoje. Por fim, apresentamos algumas considerações entre o assunto abordado e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), responsável por definir os princípios básicos que devem aparecer no ensino de História.

HISTÓRIAS ALTERNATIVAS: HOMENS, PLANTAS, ANIMAIS, GEOGRAFIA E AMBIENTE

Ao tratar do Iluminismo, é difícil imaginar que os livros didáticos de História deixem de mencionar Adam Smith, Jean-Jacques Rousseau, Denis Diderot, Jean le Rond d'Alembert, entre outros nomes importantes. Os professores, no caso dos dois últimos, abordam a importância e impacto da *Encyclopédie*. Menos conhecido e mais ausente, sem dúvida, é Georges-Louis Leclerc, mais conhecido como conde de Buffon. Ele ocupou o prestigiado cargo de diretor do *Jardin du Roi* e foi o responsável por idealizar e redigir a maior parte da monumental *Histoire naturelle, générale et particulière*. Abrangendo 44 volumes, publicados entre 1749 e 1804, a obra pretendia reunir uma História Natural completa dos animais, plantas e minerais e se tornou um verdadeiro *best-seller*. Há indícios de que chegou a vender mais do que a famosa *Encyclopédie* (Roger, 1997, p. 184). Uma evidência de que, no “Século das Luzes”, os homens estavam tão interessados nos três reinos da natureza quanto em política e economia, mas que costuma passar despercebida ou ser ignorada pelos historiadores.

Ao longo da Era Moderna, minerais, plantas e animais não foram protagonistas somente nas páginas da *Histoire naturelle*. Cada vez mais, historiadores, geógrafos e pesquisadores de diversas áreas têm chamado a atenção para a efervescência biológica desencadeada pelas Grandes Navegações. Não é nenhuma novidade que os navios europeus que cruzavam os oceanos transportavam bens, metais preciosos e, naturalmente, seres humanos. Os espanhóis, por exemplo, carregavam suas embarcações com prata dos Andes e aportavam nas Filipinas, onde o valioso metal era trocado, principalmente, por seda e porcelana com comerciantes chineses. Os dois produtos, em seguida, eram comercializados com os lucros astronômicos nos mercados europeus. Ao mesmo tempo, as letais epidemias de vírus e bactérias, vindos da Europa, dizimaram os indígenas americanos que, isolados por muito tempo, não tinham imunidade contra as novas doenças. Até certo ponto, o desaparecimento das enormes civilizações nativas que habitavam o Novo Mundo acarretou numa carência de mão-de-obra para os conquistadores, que solucionaram o problema arrastando um sem-número de escravos africanos através do Atlântico. Ainda mais intensamente, a África foi assim arrastada para o turbilhão de trocas de bens e homens (Mann, 2012).

Refletir sobre as relações entre o homem e a natureza pressupõe, nesta perspectiva, algumas indagações: quando as Ciências Sociais ou Humanas passaram a se preocupar em abordar temas como os ambientais? Quais as relações entre as Ciências das sociedades? Os anos após a Segunda Guerra Mundial foram aqueles que, no dizer de Boaventura dos Santos (1989, p. 64), corresponderam ao “fim da inocência das ciências naturais e a emergência de consciência social crítica sob o impacto do desenvolvimento tecnológico de alienação social, na destruição do meio ambiente e no agravamento das desigualdades entre países centrais e países periféricos.”.

Nas viagens ultramarinas, entretanto, os europeus não arrastaram consigo somente enfermidades contagiosas e encheram seus navios com minérios e outros seres humanos. Eles também transportaram um sem-número de plantas e animais. Algumas vezes intencionalmente, outras não. Os navegadores trouxeram o café da África e levaram a batata-doce e o milho para a Ásia. Juntas, na China, estas duas plantas passaram a ser cultivadas em terras mais secas e altas, tornando-se culturas alternativas para o arroz que, durante muito tempo, concentrara seus campos nas margens de grandes rios, como o Amarelo. O resultado foi uma onda de desflorestamento e migração, que não deixou de ser acompanhado por inundações, convulsões sociais e mortes. Os navegadores levaram o tabaco da América para a Europa e Ásia, cujo consumo logo se tornou modo em muitas cidades. Em contrapartida, trouxeram coqueiros, bananas, galinhas, cavalos, frutas cítricas e muitas outras plantas e animais para as Américas. Eles disseminaram diversos vírus, artrópodes, ervas e bactérias que pegaram carona clandestinamente em seus corpos ou nos porões dos navios (Crosby, 1993; Mann, 2012). Esse movimento, que o geógrafo Alfred Crosby denominou de “Intercâmbio Colombiano”, não foi controlado, nem mesmo compreendido por seus atores. Porém, ajudou a moldar o mundo tal como o conhecemos hoje. As viagens ultramarinas e a colonização do Novo Mundo colocaram em contato partes do globo que estiveram sem nenhum ou pouco contato durante um longo tempo, criando uma convulsão ecológica e econômica que são fundadoras do mundo moderno. Esses acontecimentos foram construtores da nossa sociedade de âmbito mundial e interligada, ao qual, normalmente, nos referimos pelo termo “globalizada”. Tal revolução não foi somente econômica e cultural, foi também, e talvez principalmente, ecológica (Crosby, 1993; Mann, 2012).

Os investigadores também têm compreendido como os processos coloniais e as ações antrópicas, nos últimos quinhentos anos, não significaram apenas uma triste tragédia para as populações nativas. Eles têm ampliado, cada vez mais, a ideia de como tais processos e ações alteraram severamente os ambientes, a fauna e a flora, nos quatro cantos do globo. Os primeiros exploradores a aportarem na costa brasileira se depararam com uma floresta exuberante, repleta de plantas e animais ao qual nunca tinham visto. Essa floresta, que tempos depois seria conhecida como Mata Atlântica, deixou os europeus atônitos pela sua biodiversidade. A diversidade biológica era tamanha, e tão diferente do que os europeus estavam familiarizados, que acabou por inspirar o primeiro nome que a terra recém-descoberta foi batizada: terra *papa-gallorum* ou “terra dos papagaios” (Tonhasca Júnior, 2005).

Por volta de 1500, as estimativas sugerem que a Mata Atlântica cobria cerca de 12% do atual território brasileiro – uma área equivalente a quase duas vezes o tamanho da França. Com a progressiva ocupação da costa brasileira pelos colonizadores europeus, a floresta logo começou a desaparecer. Há indícios de que, nas primeiras décadas da colonização, vinte mil árvores de pau-brasil (*Paubrasilia echinata*) eram, anualmente,

carregadas nos porões das naus. Em 1600, a espécie estava quase extinta. Com os machados de aço trazidos pelos colonos, longos trechos de floresta foram derrubados ou queimados, sendo substituídos por grandes fazendas de cana-de-açúcar (Dean, 1996; Cabral, 2014).

Após cinco séculos de destruição, a Mata Atlântica tornou-se o bioma mais ameaçado do Brasil. Em 2013, segundo o Atlas dos Remanescentes florestais da Mata Atlântica, produzido pela Fundação SOS Mata Atlântica e pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), restavam apenas 8,5% da sua área original floresta (Fundação SOS Mata Atlântica; INPE, 2014).

A História da Mata Atlântica não é caso isolado. De fato, a destruição de habitats tem sido um fator fundamental na forma como as ações humanas podem afetar drasticamente o mundo natural. Mas a destruição também se manifestou de outras maneiras, como através da caça comercial. A História da América do Norte, como diversos historiadores têm enfatizado, é também a História da busca por peles de animais. Diferentemente do tabaco e açúcar, que demandavam um alto investimento na conversão da terra e no cultivo, o comércio de peles acabou se mostrando a maneira mais lucrativa de explorar a região, já que demandava baixo investimento e retornos potenciais. O resultado foi uma forte redução nas populações de raposa, guaxinim, martas, ursos e outros animais. Um dos efeitos mais drásticos resultou da redução das populações de castor-americano (*Castor canadensis*). Por atuarem como enérgicos “engenheiros” do ecossistema, sua ausência acarretou mudanças hidrológicas e ecológicas em boa parte da região setentrional da América do Norte. Algo semelhante aconteceu com as baleias e morsas, antes abundantes e amplamente distribuídas pelo Ártico e Atlântico Norte, cuja busca dos europeus por ossos, couro, presas e gordura, desencadeou uma ampla estação de caça a tais animais (Richards, 2014; Dolin, 2010).

Para indicar somente alguns impactos sobre a fauna, dados recentes, publicados na *Science*, indicam que 322 espécies de vertebrados foram extintas desde 1500, com um declínio médio de 25% da abundância das populações das espécies remanescentes. No caso dos invertebrados, a situação foi igualmente desastrosa: 67% das populações monitoradas mostram um declínio médio de 45% na abundância (Dirzo et al., 2014). Entre as espécies que desapareceram, estava o dodô (*Raphus cucullatus*), uma agigantada ave, que habitou Maurício por muito tempo, uma ilha no oceano Índico. Mas que, desde o começo da ocupação do local por europeus, por volta de 1600, passou a lutar com humanos, porcos e macacos, que foram introduzidos pelos navegantes, para sobreviver. Na década de 1690, talvez antes, estava extinta. Curiosamente, os paleontólogos sabem mais sobre alguns dinossauros que viveram há dezenas de milhares de anos do que os ornitólogos acerca do dodô (Quammen, 2008, p. 285-301).

Cientistas de diversas áreas também têm se debruçado sobre algumas hipóteses históricas que ajudam a ampliar nosso conhecimento das interações entre as ações

humanas e as mudanças climáticas. Historicamente, ao longo do continente europeu e asiático, fosse para aumentar as áreas agrícolas, obter combustível ou matéria-prima, as florestas eram derrubadas com instrumentos de metal. Mas no Novo Mundo, densamente povoado por populações nativas, a principal ferramenta de conversão da terra, antes da conquista, era o fogo.

Em boa parte da América do Norte, nos Andes, Amazônia e Mesoamérica, os indígenas, através de queimadas, abriam grandes áreas para a agricultura e caça que, em conjunto, lançavam grande quantidade de dióxido de carbono na atmosfera. Com a chegada dos colonizadores e suas epidemias letais, as populações nativas foram desaparecendo e, com elas, houve um grande decréscimo das queimadas. Como resultado, as florestas logo prosperaram sobre os campos e assentamentos abandonados. Esse aumento dos trechos florestados, segundo alguns investigadores, pode ter sido um motor importante da onda de frio intensa, conhecida como Pequena Idade do Gelo, que entre 1550 até cerca de 1750, afetou o hemisfério setentrional e não deixou de desencadear tumultos sociais¹.

Em um intrigante estudo publicado no final da década de 1990, o biólogo, bio geógrafo e fisiologista norte-americano Jared Diamond também levantou uma intrigante, e também controversa, hipótese. Ele procurou responder quais foram os fatores responsáveis pela discrepante desigualdade (de riqueza, poder e tecnologia) no mundo moderno; ou, por outras palavras, procurou compreender por que foram os europeus que dizimaram ou subjugaram os africanos, ameríndios e aborígenes australianos e não vice-versa. Desde o século XIX, era comum que os europeus explicassem suas conquistas em termos de superioridade biológica e outros argumentos racistas. Mas, segundo Diamond, o que realmente havia influenciado os divergentes caminhos da História, nas últimas centenas de milhares de anos, eram a Geografia e Biogeografia:

Naturalmente, o conceito de que o meio ambiente geográfico e a bioGeografia influenciaram o desenvolvimento social é antigo. Hoje em dia, entretanto, essa opinião não é bem-vista pelos historiadores. É considerada errada ou simplista, ou é classificada de determinismo ambientalista e rejeitada – ou, ainda, toda essa questão de tentar compreender as diferenças do mundo é evitada por ser muito difícil. A Geografia, obviamente, teve algum efeito na história. A questão que permanece aberta é sobre a extensão desse efeito e se a Geografia pode ser responsável por um padrão mais amplo de história (Diamond, 2001, p. 26).

Em seus contornos gerais, argumentou Diamond, os continentes não somente diferiam consideravelmente em termos dos recursos que as sociedades humanas dependem, sobretudo, plantas e animais que podiam ser domesticados. Diferiam, também, em termos das barreiras ecológicas que poderiam afetar a disseminação das espécies que foram domesticadas de uma área para outra. Nesse caso, as vantagens estiveram ao lado de europeus e asiáticos. Outros locais do globo apresentavam uma

¹ Uma boa síntese dos estudos é apresentada por Charles Mann (2012, p. 56-61).

pobreza relativa de plantas e animais adequados à domesticação. As consequências desse fenômeno, entretanto, não foram pequenas. Tanto a agricultura como o pastoreio tiveram efeitos sobre as sociedades humanas, na medida em que proporcionavam mais alimentos, energia (tração) e matérias-primas importantes, como peles e lã; tudo isso influenciou no surgimento de Estados centralizados e discrepâncias tecnológicas. A domesticação de plantas e animais, assim como populações mais densas, ao mesmo tempo, também influenciou na evolução de doenças infecciosas, de modo que as populações expostas a elas desenvolveram resistência imunológica, outras não. Todos esses fatores, conjuntamente, “(...) determinaram quem colonizou e conquistou quem” (Diamond, 2012, p. 259).

As décadas seguintes no campo científico foram denominadas como “crise paradigmática”, sustentada entre o conhecimento produzido cientificamente e os saberes marginalizados. Para as Ciências Sociais e, em particular para a História, houve um repensar sobre os paradigmas que sustentavam seu processo de produção. Uma das importantes reflexões foi sobre as exclusões sociais da História, sobre uma História centrada em um etnocentrismo moldado pelos países centrais do sistema econômico mundial que havia criado conceitos como os de “civilização” e “progresso” por intermédio dos quais eliminavam-se povos e culturas da História da humanidade (Drummond, 1991, p.181).

A partir de então, o conhecimento histórico passou a abarcar novas temáticas, deixando de limitar-se a estudos de uma política centradas do Estado-nação, voltando-se para uma História Econômico-Social e, mais recentemente, para uma História Cultural. Novos sujeitos têm sido investigados e percebidos na trama histórica. Os diversos grupos étnicos como os operários, escravos e mulheres são analisados nas dimensões das mudanças e permanências históricas. Ficou evidente, principalmente na crítica ao ensino e à produção acadêmica, que não podia se considerar a História como resultante apenas da vontade e ações de indivíduos, de alguns poucos homens do poder institucional, mas que ela era constituída pelo conjunto de sujeitos, em diferentes condições (Drummond, 1991, p.181).

Nesse contexto, sob o impacto das redefinições da História Social articulada à política e à cultura, surgiu, nos países onde tais mobilizações sociais mais se evidenciaram em relação aos temas do meio ambiente, a preocupação com esta problemática em uma perspectiva histórica. Os historiadores, ao se aproximarem e se preocuparem com as lutas e conflitos vividos no tempo presente, passaram a rever e a reconsiderar o lugar da natureza no viver social. Os que incluem as problemáticas ambientais em suas pesquisas têm cuidadosamente enfatizado que as relações entre os homens e a natureza são analisadas em uma perspectiva não determinista. Eles têm destacado que “a cultura humana age sobre o meio físico, propiciando significados e usos complexos dos seus elementos” (Drummond, 1991, p.181) e, ao mesmo tempo, têm salientado as influências da natureza na constituição histórica das sociedades humanas.

Assim como defendia Levi-Strauss (1968), as grandes transformações irreversíveis da sociedade podem ser basicamente divididas em dois grandes períodos. O primeiro

momento dessa longa duração foi o Neolítico, com o nascimento da agricultura e responsável por mudanças significativas nas relações entre os homens, a terra, as plantas e os animais. O segundo grande momento foi o da Revolução Industrial dos séculos XVIII e XIX que introduziu relações entre o homem e os recursos naturais em escala sem precedentes, impondo novo ritmo no processo de transformações e de permanências. Esses dois momentos correspondem à constituição de novas formas dos homens organizarem o tempo e se organizarem no seu tempo cotidiano: o tempo da natureza foi substituído pelo tempo da fábrica.

PENSADORES QUE PENSARAM NA PERSPECTIVA DO TEMPO DA NATUREZA

Apesar da historiografia tradicional apontar o contrário, os fatos podem, sim, ser analisados com ênfase nos personagens naturais. As primeiras discussões acerca de uma preservação no uso da natureza começaram a surgir ainda no final do século XIX na Europa e nos Estados Unidos. No entanto, foi somente a partir da década de 1970 que a ideia de uma História Ambiental passou a existir de fato (Almeida, 2016, p. 104; Worster, 1991, p. 199). Uma gama variada de temas pesquisados seguindo a perspectiva de tempo cronológico e fatores humanos sociais foram estudados e abordados, principalmente, por historiadores norte-americanos e europeus. Dentre os franceses, Marc Bloc e Fernand Braudel têm sido apontados como precursores de uma abordagem que busca compartilhar, de maneira mais íntima, espaço e tempo, visando estabelecer métodos que possibilitem um entrelaçamento entre as paisagens e os homens.

Marc Bloch, em sua obra “O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II”, aborda a História dos povos do século XVI em torno do Mediterrâneo, transformando o mar, com suas paisagens e especificidades climáticas, em personagem fundamental para a compreensão das relações de poder econômico e político do período. Trata-se de uma obra significativa que busca superar uma análise determinista que condicionava, de forma inexorável, o percurso histórico de povos submetidos ao fatalismo do meio no qual viviam. O meio geográfico não limita os homens sem remissão, pois, precisamente, toda uma parte de seus esforços consistiu em se destacar das restrições limitantes da natureza. Entre o homem e as coisas, não fazamos divisões arbitrárias (Braudel, 1949).

Pela trilha aberta por Marc Bloc e Braudel, seguiram-se outros estudos de historiadores franceses. Le Roy Ladurie preocupou-se com as epidemias e as condições climáticas responsáveis por crises econômicas. As condições meteorológicas eram recuperadas para estabelecer ligações com uma história econômica francesa, indicando as alterações de tais condições com o crescimento ou o decréscimo populacional, assim como os processos migratórios delas decorrentes. A História que estuda o meio ambiente reúne os temas mais antigos com os mais recentes na historiografia contemporânea: a evolução das epidemias e do clima (ambos como partes integrantes do ecossistema

humano); a série de calamidades naturais agravada por uma falta de antevisão, ou mesmo por uma absurda “disposição” dos colonizadores; a destruição da natureza causada pelo crescimento populacional e/ou pelos predadores do hiperconsumo industrial que levam à poluição do ar e da água; o congestionamento humano ou os altos níveis de ruído nas áreas urbanas, num período de urbanização galopante (Ladurie, 1973).

Atualmente, os historiadores de língua inglesa também têm se dedicado aos temas sobre meio ambiente. Elogiada e criticada, “O homem e o mundo natural - mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)” de Keith Thomas, é um referencial para estudos das formas pelas quais as plantas e animais foram sendo submetidos aos designios dos homens. O período e o lugar escolhidos - a Inglaterra nos séculos XVI ao XVIII - constituem-se como uma significativa fonte para a compreensão da História Moderna, identificando como a sociedade desse período foi selecionando os animais e as plantas para servir de alimento ou como objetos de adorno e fonte de lazer. Nesse quadro, o Historiador busca esclarecer o nascimento das Ciências Botânicas e das Ciências ligadas à Zoologia, associando o trabalho científico ao papel da fundamentação teológica do cristianismo que justificava a dominação do homem sobre a natureza e sua superioridade frente aos demais seres vivos. Thomas revela as contradições que se estabelecem ao mesclar as pessoas com desejos de proteção das espécies àquelas que se limitavam a considerar a primazia dos humanos sobre as demais espécies, concluindo que havia um conflito crescente entre as novas sensibilidades e os fundamentos materiais da sociedade humana (Thomas, 1988).

De maneira geral, estes autores têm contribuído de forma instigante e polêmica para transformar uma topografia inanimada em agentes históricos, mostrando uma História na qual a espécie humana não é tudo. Os historiadores ambientais acreditam que o tempo das culturas humanas está inserido dentro de um tempo geológico ou natural muito mais amplo do que as Ciências Humanas e Sociais, geralmente, estudam. Por essa razão, a História Ambiental pode ser definida como uma reação à pressão de ajustar “os ponteiros dos relógios” dos dois tempos: o geológico (natural) e o social (Drummond, 1991, p. 179-180).

Em outras palavras, os diversos temas da atualidade têm aproximado o meio ambiente da História Cultural e Social das imagens construídas pelos homens sobre a natureza e de como ela está incorporada na memória individual e coletiva. No que se refere às relações ecológicas atuais, essa temática pode ser compreendida através “dos séculos que formaram hábitos culturais que levaram a estabelecer uma relação diferente com a natureza, para que, simplesmente, não esgotássemos ela até a morte” (Schama, 1996, p. 29).

NOVOS HORIZONTES NO ENSINO DE HISTÓRIA E A BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM

Resultante das discussões do Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014), que estabeleceu vinte metas para serem cumpridas até 2024, a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) abrangeu os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de estudantes do Ensino Médio e Fundamental, proporcionando a unificação de 60% do conteúdo escolar nacional. Decidiu-se ainda que os demais conteúdos seriam definidos por municípios e estados que, por sua vez, deveriam levar em conta os plurais contextos regionais do país. O problema é que os novos métodos adotados não agradaram a comunidade escolar como um todo. Debates sobre as recentes propostas de ensino expandiram-se, rapidamente, por todo o país. Dentre as disciplinas, o componente curricular de História foi um dos que mais suscitou discussões, incluindo as mais diversas perspectivas.

Um dos pontos de debate teve como foco as lacunas e ênfase dada à temas ou eventos específicos do passado ensinados aos jovens e crianças. Professores e pesquisadores de História Antiga e Medieval, queixando-se do pouco espaço que suas áreas ocuparam na proposta, apresentaram textos de repúdio à BNCC (Moreno, 2016).

Independentemente das versões e revisões do texto, e mesmo considerando os interesses do lugar social dos elaboradores, a questão do espaço concedido aos diferentes períodos do passado apresenta-se como uma questão difícil de solucionar. Como apontado por alguns investigadores (Moreno, 2016, p. 22), provavelmente, o problema mais severo do componente na BNCC é a sua dificuldade em contornar uma concepção de História ainda tradicional, que privilegia o acúmulo passivo de informações históricas, mesmo tendo em vista que a disciplina não se limita a isso.

Em sua segunda versão revisada, datada de abril de 2016, o componente curricular de História da BNCC ampliou as discussões sobre o papel do conhecimento histórico na formação de crianças e jovens. O espaço dedicado ao que poderíamos chamar, genericamente, de “História Geral” foi ampliado. Buscou-se enfatizar os “múltiplos passados”, que estão sendo constantemente reinterpretados, e as articulações “com a interpretação do presente”. O texto pretende abranger a “dinâmica e natureza da mídia e outros núcleos de produção cultural”, assim como os “princípios básicos da pesquisa histórica, incentivando a crítica documental”, como elementos da aprendizagem histórica (Brasil, 2016).

Desta forma, a BNCC abrange questões e pontos importantes das dinâmicas e diferentes perspectivas possíveis no conhecimento e escrita da História, notadamente do ponto de vista social, cultural e político, bem como as interseções desse conhecimento para a interpretação do presente. Ao mesmo tempo, chama a atenção para a forma em que o conhecimento histórico é produzido. Porém, a partir dos desafios impostos pelo cenário global atual e diante das novas abordagens que integram a História e outras disciplinas,

tais como a Geografia, a Ecologia e os demais estudos que contemplam as relações entre homem, ambiente e outros seres vivos, sugerimos que há ainda a possibilidade de inclusão de outras perspectivas. Tais perspectivas não só reforçariam as possibilidades de integração dos diversos campos de saber, tão importantes nos dias de hoje, mas também abririam a possibilidade de incorporar ao conhecimento histórico uma perspectiva menos antropocêntrica e, de certa forma, mais holística.

Se as problemáticas ambientais mais próximas dos alunos se relacionam aos objetivos do ensino de História, a questão que se coloca é de como identificar tais problemas em uma dimensão histórica. Assim, como exemplo, temos o caso do lixo, um problema aparentemente distante das questões históricas tradicionais do ensino. Entretanto, se partimos dos resíduos domésticos, passarmos pelos industriais e chegarmos aos atômicos, podemos situar o mesmo problema em diferentes momentos e sociedades. A adversidade de experiências, tanto do entorno dos alunos como aquelas vividas por outras sociedades em outros tempos, fornecem subsídios para aprofundarmos as reflexões sobre a sociedade industrial, por exemplo, aos valores que são constituídos em relação à natureza em momentos diferentes. Em resumo, podemos afirmar que a História Ambiental provoca o encontro e a hibridização da História Natural com a História Humana (FERRI, 2017) ao mesmo tempo em que valoriza a transdisciplinaridade, uma vez que abarca o conhecimento de diversas áreas científicas e propõe o diálogo entre elas.

CONCLUSÃO

Os textos citados anteriormente são apenas uma reduzidíssima parcela da relevante literatura que tem sido publicada nas últimas décadas, e os exemplos poderiam ser estendidos vastamente. No entanto, a abordagem que enfoca algumas reflexões possíveis entre a História e Geografia, as investigações que contemplam as relações entre homem, ambiente e outros seres vivos ao longo do processo histórico, assim como o papel da Ecologia e das questões ambientais enquanto objeto na escrita da História, nos permite pensar diversos pontos que muitas vezes passam despercebidos. Toda essa literatura nos faz repensar os intensos impactos das ações humanas sobre os biomas e processos ecossistêmicos globais, por exemplo. Um impacto que, certamente, foi acentuado desde por volta de 1500. Permite-nos refletir, ainda, sobre a História na qual os homens aparecem não como um ser, de certa forma, estanque, mas em suas múltiplas, e não raras, relações destrutivas com o ambiente, as plantas e os animais. Algo importante em um contexto de avanço das mudanças climáticas e em que se torna cada vez mais claro que não pode haver desenvolvimento infinito em um planeta com recursos naturais finitos. Não por acaso, muitos pesquisadores acreditam que, apesar das datas divergentes, certamente estamos diante de uma nova era: a do Antropoceno².

É justamente essa abordagem transdisciplinar que nos permite exceder os marcos temporais que costumam limitar a consciência dos discentes em nossas escolas.

Ao considerar a perspectiva do tempo geológico, sem o qual não compreendemos os processos evolutivos da natureza, conseguimos extrapolar as fronteiras tradicionais das nossas temáticas de ensino.

Embora defina muito bem a temporalidade dos acontecimentos, a História tradicional acaba deixando de lado os aspectos naturais, necessários para uma compreensão e localização mais ampla dos discentes. A dinâmica tempo-espaço é essencial e deve ser ensinada no meio escolar. Nas aulas sobre História do Brasil, por exemplo, além de situarmos temporalmente os alunos a partir de 1500 com a chegada dos portugueses à América, é necessário também que expliquemos “onde” esses europeus aportaram e não apenas “quando”. Somente utilizando do diálogo entre as áreas do saber é que conseguiremos preencher as lacunas deixadas por uma História na qual apenas o tempo e o homem são vistos como objetos de estudo.

As formas do homem viver e conceber a natureza têm sido diversas, variando no tempo e no espaço. Cabe aos estudos históricos situar tais diferenciações, evitando equívocos de passados idílicos, de existência de momentos de total harmonia e integração entre o homem e o mundo natural. A manipulação da natureza pelo homem tem uma longa História, com variações em intensidade e brutalidade. Ao repensar o tempo histórico, tendo como referência as relações homem-natureza, pode-se ainda avançar na compreensão das diversas temporalidades vividas pela sociedade e nas formulações das periodizações e marcos de rupturas. Dessa forma, os historiadores são responsáveis por investigarem as relações estabelecidas entre o ser humano e o meio ambiente no qual ele se encontra inserido através de documentos produzidos ao longo da História e dos vestígios geológicos deixados pela própria Terra. Acreditamos que tais debates não devem ficar apenas nas faculdades e laboratórios de pesquisa, mas, ao contrário, precisam adentrar salas de aula, contribuindo para a formação de alunos que se entendem como parte do espaço em que vivem e que são responsáveis pelas relações que estabelecem com ele. É necessário reconhecermos os valores intrínsecos da natureza caso desejamos, de fato, formar sociedades e cidadão sustentáveis.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. P. A História da Questão Ambiental (1945-2012). In: MUNHOZ, S. J.; GONÇALVES, J. H. R. (Orgs.). **História Contemporânea V**. Maringá: Eduem, 2016, v. 5, p. 103-118.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>. Acesso em: 03 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/13005.htm. Acesso em: 03 set. 2024.

BRAUDELL, Fernand. **O mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Felipe II**. Lisboa: Europa-América, 1949.

BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CABRAL, Diogo de Carvalho. **Na presença da floresta**: Mata Atlântica e história colonial. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico**: a expansão biológica da Europa, 900-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CROSBY, Alfred W. **The Columbian exchange**: biological and cultural consequences of 1492. Westport: Greenwood Publishing Group, 2003.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIAMOND, Jared. **Armas, germes e aço**: os destinos das sociedades humanas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

DIAMOND, Jared. **O terceiro chimpanzé**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

DIRZO, R. et al. Defaunation in the Anthropocene. **Science**, v. 345, n. 6195, p. 401- 406, 2014.

DOLIN, E. J. **Fur, fortune, and empire**: the epic history of the fur trade in America. Nova York: WW Norton & Company, 2010.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

FERRI, G. K. História Ambiental: uma historiografia comprometida com a vida. **Café História**, Rio de Janeiro, 05 abr. 2017. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/historia-ambiental-historiografia-comprometida-com-a-vida/>. Acesso em: 26 de fev. de 2019.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; INPE. **Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica no período 2012-2013**. São Paulo, 2014.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. **Le territoire de l'historien**. Paris: Gallimard, 1973. LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papirus, 1968.

MANN, Charles. **1493**: a descoberta do Novo Mundo que Cristóvão Colombo criou. Alfragide: Casa das Letras, 2012.

MORENO, J. C. História na Base Nacional Comum Curricular: déjà vu e novos dilemas no século XXI. **História & Ensino**, v. 22, n. 1, p. 7-27, 2016.

PONTING, Clive. **Uma História Verde do Mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

QUAMMEN, David. **O canto do dodô**: biogeografia de ilhas numa era de extinções. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

RICHARDS, J. F. **The World hunt**: an environmental history of the commodification of animals. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 2014.

ROGER, Jacques. **Buffon**: A life in natural history. Cornell University Press, 1997. SCHAMA, S. **Paisagem e memória**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

SMITH, B. D.; ZEDER, M. A. The onset of the Anthropocene. **Anthropocene**, v. 4, p. 8-13, 2013.

TONHASCA JÚNIOR, A. **Ecologia e história natural da Mata Atlântica**. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2005.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. Mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais [1500-1800]. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. **Revista Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.